



**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**Identificação:** Projeto de Lei nº. 386/2023

**Assunto:** Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especiais para viabilizar a aplicação dos recursos advindos da Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 - Lei Paulo Gustavo, e dá outras providências.

**Autoria:** Chefe do Executivo.

Sobre o **Projeto de Lei nº 386/2023**, de autoria do Chefe do Executivo, que *Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especiais para viabilizar a aplicação dos recursos advindos da Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 - Lei Paulo Gustavo, e dá outras providências*, submetido à análise em por esta comissão permanente, conclui-se que:

A Lei 4.320/64, que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal assim disciplina:

**Art. 41.** Os créditos adicionais classificam-se em:

**I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;**

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.



**Art. 42.** Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Verifica-se que as despesas não estavam previstas originalmente na Lei Orçamentária, precisando de orçamento para serem executadas.

Inferre-se que o Projeto de Lei é de autoria do Chefe do Poder Executivo que constatou a necessidade de adequações na Lei Orçamentária para viabilizar a aplicação dos recursos advindos da Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 - Lei Paulo Gustavo.

Por fim, verifica-se que o autor da proposta indica ainda as fontes de recurso disponível utilizadas para ocorrer à nova despesa, dando cumprimento ao que preconiza o art. 43 da supracitada Lei:

**Art. 43.** A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:  
(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;  
(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação;  
(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;  
(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)



IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Ante o exposto, com a aquiescência dos demais componentes, a relatoria da presente Comissão Permanente abaixo elencada emite **PARECER FAVORÁVEL** à proposição em epígrafe, julgando-a apta a ser apreciada pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, Xexéu 18 de Setembro de 2023.

**Finanças e Orçamento**



CÂMARA DE VEREADORES DO  
**XEXÉU**  
CASA LEGISLATIVA JOSÉ FILGUEIRAS

<p><i>Edson Cabral da Silva Filho</i> Edson Cabral da Silva Filho Presidente</p>	<p><i>Ricardo Uchoa Barreto</i> Ricardo Uchoa Barreto <b>RELATOR</b></p>	<p><i>Flavio Rocha Peixoto</i> Flavio Rocha Peixoto MEMBRO</p>
--	--	--

PAZ E PROGRESSO

XEXÉU

3 DE OUTUBRO DE 1991

# XEXEU



CÂMARA DE VEREADORES DO XEXEU  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
Casa Legislativa José Figueras  
Rua da Alegria, 41 - Centro  
Xexeu - PE - CEP: 55.555-000

APROVADO EM 18/09/23



CÂMARA DE VEREADORES DO XEXEU  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
Casa Legislativa José Figueras  
Rua da Alegria, 41 - Centro  
Xexeu - PE - CEP: 55.555-000

REJEITO

- Ricardo Uchoa Barreto

~~Augusto Mendes~~

- Esilva Filho

- José Maurício de Almeida

+ Jairo Luiz